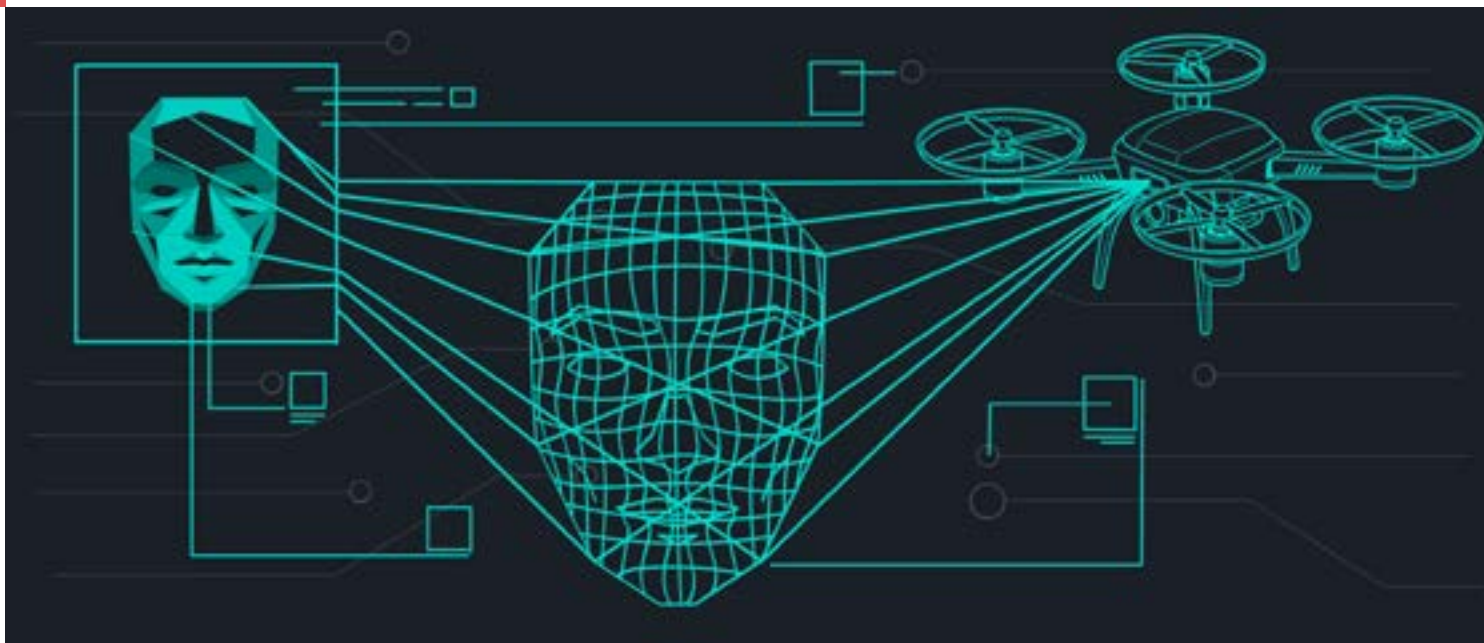


Uma oportunidade única para prevenir o desenvolvimento de armas autônomas inaceitáveis



A Sétima Conferência de Revisão da Convenção sobre Certas Armas Convencionais ocorrerá em novembro de 2026 e apresenta uma oportunidade única para iniciar as negociações de um novo protocolo.

As armas autônomas já estão aqui — e se espalham rapidamente

O número de conflitos armados continua crescendo no mundo inteiro, assim como a corrida armamentista para conceber e implantar novas tecnologias de guerra. Como resultado, o desenvolvimento e o uso generalizados de armas autônomas vem ganhando um ritmo cada vez mais acelerado. Essas armas não são mais uma ameaça distante — elas já são realidade.

As armas autônomas selecionam alvos para fazer uso da força sem intervenção humana. As pessoas que utilizam a tecnologia provavelmente não saberão quem ou o que será atingido, nem o momento ou a localização do ataque. Integrar a inteligência artificial (IA) — sobretudo IA não determinística — multiplica a imprevisibilidade a patamares alarmantes e, como consequência, o risco de dano, principalmente sobre civis. Não se trata mais de uma questão de se as armas autônomas serão ou não utilizadas. O foco agora deve ser em como regular essas armas para que as leis sejam respeitadas e os civis protegidos.

Uma ameaça às pessoas em todos os lugares

Por reduzirem a capacidade do usuário de controlar o uso da força, as armas autônomas geram grandes preocupações do ponto de vista humanitário, jurídico e ético, como:

- riscos humanitários: danos maiores a civis e combatentes;
- desafios jurídicos: dificuldade de garantir o respeito ao Direito Internacional Humanitário (DIH) e ao Direito Internacional dos Direitos Humanos (DIDH);
- dilema ético: delega concretamente a decisão de vida ou morte às máquinas.

Assim como ocorre com qualquer arma, **haverá uma proliferação das armas autônomas, o que provocará o alastramento da morte e da destruição e um uso em violação ao DIH**, inclusive por grupos armados não estatais e organizações criminosas.

Regulamentos internacionais: uma solução fundamental e possível

O DIH já apresenta restrições ao desenvolvimento e uso de armas autônomas, mas não dá todas as respostas. Com isso, é de extrema urgência criar normas jurídicas vinculantes, não para banir armas autônomas, mas para prevenir o uso dos modelos mais inaceitáveis e garantir que os conflitos do século 21 permaneçam sob o controle humano. Novas normas também oferecem mais clareza aos desenvolvedores de armas, evitam o oneroso custo de reformulação de um projeto, minimizam os riscos jurídicos e promovem padrões compartilhados entre países.

A base para regular o uso desses artefatos militares entrou em vigor após mais de uma década de discussões com o Grupo de Especialistas Governamentais (GGE, na sigla em inglês) em Sistemas de Armas Autônomas Letais, parte da Convenção das Nações Unidas sobre Certas Armas Convencionais (CCAC). O “texto de negociação” do presidente do GGE oferece um quadro robusto para a preparação de um instrumento juridicamente vinculante de acordo com uma abordagem de “dois níveis” amplamente aceita:

1. proibir armas autônomas que apresentam um risco inaceitável de violação do DIH, incluindo armas autônomas imprevisíveis e as que atacam diretamente seres humanos; e
2. restringir o desenvolvimento e o uso de outras armas autônomas, limitando os tipos de alvos, o alcance geográfico, a duração, as situações e a escala do uso.

Essa abordagem garante que operadores humanos mantenham o controle e o julgamento sobre o uso da força durante o funcionamento de armas autônomas.

Agir antes que seja tarde mais

Quem promove novas tecnologias de guerra costuma alegar que as novas armas serão mais humanas, menos letais e mais precisas. Entretanto, embora os conflitos atuais tenham maior sofisticação tecnológica, não observamos melhores resultados para a população civil, mas sim uma devastação generalizada e indiscriminada. A história mostra como tratados internacionais podem ter sucesso em banir ou restringir as armas mais inaceitáveis, incluindo armas biológicas e químicas, minas terrestres antipessoal e munições cluster.

Agir antes compensa. O Protocolo IV da CCAC proibiu com sucesso armas cegantes a laser antes de seu uso se disseminar, uma comprovação da eficácia de um regulamento preventivo. Isso também pode e deve ser feito no caso das armas autônomas, pois, uma vez que forem amplamente implantadas, os riscos para civis e para a segurança global serão muito mais difíceis de conter.

Aproveitar a oportunidade em 2026

Os Estados partes da CCAC se reunirão em novembro de 2026 para a Conferência de Revisão. A minuta detalhada com um conjunto de melhores práticas já existe e um número cada vez maior de Estados estão dispostos a negociar. O Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV) faz um apelo aos Estados para:

- fortalecer ainda mais o texto de negociação do presidente do GGE;
- reafirmar, inclusive por meio da Resolução do Primeiro Comitê da Assembleia Geral das Nações Unidas, a urgência do início das negociações para regular armas autônomas; e
- aproveitar a Conferência de Revisão da CCAC de 2026 para começar as negociações de um novo Protocolo.

O risco da inação é alto demais. A base foi lançada e as necessidades são urgentes. Agora é a hora de agir.

Os Estados devem se mobilizar categoricamente para garantir que a condução do futuro dos conflitos esteja nas mãos de seres humanos e não máquinas.



Comitê Internacional da Cruz Vermelha
19, avenue de la Paix
1202 Genebra, Suíça
T +41 22 734 60 01
shop.icrc.org
© CICV, Junho 2026

www.icrc.org/pt
 facebook.com/CICV
 x.com/CICV_pt
 instagram.com/cicv_oficial

Para mais informações,
escaneie o QR code.

